

Hospitais vão parar se Governo não pagar dívida

A edição de medida provisória transferindo para o Ministério da Saúde recursos da reserva de contingência do Governo foi uma das propostas defendidas ontem por técnicos dos Ministérios da Saúde, Fazenda e Planejamento, durante reunião para avaliar a situação do setor. O ministério não tem recursos para quitar a dívida de quase CR\$ 200 bilhões com os hospitais prestadores de serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta ainda precisará ser encaminhada e aprovada pelos ministros antes de ser levada à apreciação do presidente Itamar Fran-

co. Ontem, a Federação Brasileira de Hospitais (FBH) divulgou nota pela qual os cinco mil hospitais conveniados ao SUS ameaçam paralisar o atendimento a partir do dia 15.

“Estamos confiantes que a proposta será avaliada como solução viável para a crise enfrentada hoje pelo setor saúde”, afirmou Gilson Calemnam, diretor do SUS, da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde. De acordo com ele, o Ministério da Saúde pagou apenas CR\$ 70 bilhões dos CR\$ 263 bilhões devidos

aos hospitais pelos serviços de internação e atendimento ambulatorial efetuados em janeiro.

As internações deveriam ter sido pagas no dia 28 de fevereiro, e no dia cinco deste mês venceu o prazo de pagamento dos serviços ambulatoriais. Fernando Flora, assessor especial da secretaria, explicou que os técnicos dos ministérios avaliaram os caminhos possíveis para enfrentar a crise do atraso do pagamento. Para a edição de medida provisória transferindo recursos da reserva de contingência para a saúde seria necessária a decretação de calamidade pública do setor.

Decretado o estado de “alerta”

Prefeitos e secretários de Saúde declararam, hoje, estado de alerta para a saúde no Brasil. Reunidos em Brasília, numa concentração em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), eles decidiram que, se o orçamento da União não for alterado, será declarado estado de calamidade pública em todos os municípios brasileiros.

“O orçamento de US\$ 9 bilhões proposto para a área de saúde levará o setor para uma situação irreversível”, disse o secretário-geral do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conasems), Gilson Cantarino Dwyer. Uma nota divulgada pelos secretários,

anunciando o estado de alerta, informa que, caso não sejam destinados mais recursos à Saúde, 16 milhões de pessoas ficarão sem medicamentos, este ano, e haverá sete milhões de internações a menos do que no ano passado.

Os participantes da concentração passaram o dia reunidos no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, discutindo soluções para o problema da falta de recursos para a Saúde. Dos debates participaram, também, os deputados Jandira Feghalli (PCDB-RJ), Sérgio Arouca (PPS-SP), Marcelo Barbieri (PMDB-SP) e os senadores Márcio

Lacerda (PMDB-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP), entre outros. O virtual candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também foi ao auditório para manifestar seu apoio ao movimento, mas não chegou a discursar.

À tarde, uma comissão de secretários de Saúde teve uma audiência com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao qual fez uma exposição da situação do SUS, hoje. O ministro propôs que o Conasems passe a integrar uma comissão composta por técnicos dos ministérios da Fazenda e da Saúde que estudam opções para aumentar o orçamento da Saúde.